

HANNAH ARENDT: O ANTISSEMITISMO IDEOLÓGICO E A RACIONALIDADE TOTALITÁRIA

HANNAH ARENDT: IDEOLOGICAL ANTISEMITISM AND TOTALITARIAN RATIONALITY

Robério Honorato dos Santos¹

Resumo: A despeito do fim histórico dos regimes totalitários, as sociedades de massa da atualidade legaram elementos que sobreviveram daquela experiência. Este artigo tem por objetivo analisar o antissemitismo ideológico como resultado da racionalidade totalitária. Para tanto, procuramos definir o que seja racionalidade totalitária e as razões pelas quais é possível inferi-la a partir da obra de Hannah Arendt. Para nós a racionalidade totalitária tem sido uma importante chave interpretativa no que tange a compreensão da sobrevivência dos elementos totalitários e de suas implicações político-existenciais. Neste sentido, este estudo visa elucidar o processo pelo qual a transformação do antissemitismo em ideologia com implicações políticas revela a operacionalização da racionalidade totalitária.

Palavras-chave: Hannah Arendt, antissemitismo, ideologia, racionalidade totalitária.

Abstract: *Despite the historical end of totalitarian regimes, today's mass societies have inherited elements that survived from that experience. This article aims to analyze ideological antisemitism as a result of totalitarian rationality. Therefore, we sought to define what is totalitarian rationality and the reasons why it is possible to infer it from the work of Hannah Arendt. For us, totalitarian rationality has been an important interpretive key in understanding the survival of totalitarian elements and their political-existential implications. As such, this study aims to elucidate the process by which the transformation of antisemitism into ideology with political implications reveals the operationalization of totalitarian rationality.*

Keywords: Hannah Arendt, antisemitism, ideology, totalitarian rationality

¹Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do ABC/UFABC (2019). Especialista em Filosofia para Professores do Ensino Fundamental e Médio e em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva pelo Programa REDEFOR/UNESP, respectivamente nos anos de 2013 e 2015. Possui Bacharelado e Licenciatura em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2004). Licenciatura em História pela Universidade Cruzeiro do Sul (2020). Atualmente é Professor de Ensino Médio de Filosofia da Rede Pública do Estado de São Paulo e de História no Ensino Médio do Instituto Sagrada Família da Rede Beneditina em Santo André - SP.

Introdução

Entre os elementos analisados por Hannah Arendt em *Origens do totalitarismo* (1951)² e que foram cristalizados pelo fenômeno totalitário figuram o antissemitismo, o racismo, o imperialismo, entre outros, como aqueles que se tornaram os pilares do próprio totalitarismo, ou seja, as sociedades de massa, a propaganda, a ideologia e o terror. Apesar da importância da análise de todos estes elementos para a compreensão do totalitarismo, o presente artigo tem por finalidade analisar o que Arendt (2012, p. 20) chamou de “antissemitismo como ideologia” como resultado de uma *racionalidade totalitária*³. Em outras palavras, visa-se a compreender o processo pelo qual a transformação do antissemitismo em ideologia com desdobramentos políticos revela a operacionalização de uma racionalidade totalitária. Isto não significa dizer que somente estes elementos digam respeito à racionalidade totalitária, mas igualmente todos os supracitados podem perfeitamente se enquadrar como produtos desta.

Tratar-se-á, portanto, em primeiro lugar, da racionalidade totalitária buscando explicitar as razões pelas quais é possível inferi-la da obra de Hannah Arendt. Em segundo lugar, abordar-se-á especificamente a relação da transmutação do antissemitismo em um fenômeno ideológico com implicações políticas como fruto da arquitetura da racionalidade totalitária.

1. A racionalidade totalitária

O que nos permite, a partir da obra de Hannah Arendt, cunhar o conceito de racionalidade totalitária? Para inferir e elaborar tal conceito foi necessário, portanto, lançar mão de grande parte dos escritos de Arendt. Desse modo, a análise do antissemitismo ideológico como ferramenta da racionalidade totalitária se fundamentará, em especial, em *Origens do totalitarismo*.

Em relação à questão judaica, por exemplo, interessa a Arendt (2012) saber o porquê a invenção totalitária notadamente mentirosa de um suposto domínio global de uma sociedade secreta judaica serviu a certo formato político, transformando-a em fenômeno político, capaz de mobilizar adeptos aptos a apoiarem e colaborarem com uma organização totalitária persecutória de todos aqueles considerados inimigos, com ênfase ferrenha aos judeus. Neste aspecto, é a transformação

²Ano em que *Origens do totalitarismo* foi publicado pela primeira vez. Contudo, utilizamos neste artigo a tradução para o Português de Roberto Raposo, 1ª edição da Companhia das Letras de 2012. Desta forma, na medida em que o título desta obra aparecer novamente ao longo do texto sem o ano, compreende-se que se refere à edição aqui utilizada.

³A ideia de uma racionalidade totalitária foi, em primeiro lugar, desenvolvida e defendida em nossa dissertação de mestrado. A indicação desta encontra-se nas referências bibliográficas, no final do presente artigo.

das cristalizações totalitárias em fenômenos políticos para determinados fins que se compreende por racionalidade totalitária. Desse modo, é possível definir de forma objetiva a racionalidade totalitária como a sistematizadora das cristalizações do fenômeno totalitário, mas não somente delas, em vista da utilização destes fenômenos para fins de certas políticas. Sob essa premissa, tal racionalidade tende a solapar a dignidade da política.

A racionalidade totalitária opera no sentido de organizar as cristalizações totalitárias e imputá-las sobre todas as dimensões da existência humana para efeito de controle, manipulação e domínio. Portanto, atravessa as singularidades modelando comportamentos e atitudes, ditando suas formas, procurando normalizá-las como legítimas. A fim de se espalhar, utiliza-se da arquitetura de certos discursos como se estes fossem os únicos verdadeiramente possíveis.

A despeito do fim histórico da tríade totalitária, formada pelos movimentos, regimes e governo totalitário, a racionalidade totalitária não sucumbiu com ela⁴; pelo contrário, é esta racionalidade que permanece a organizar os elementos totalitários que sobrevivem na atualidade⁵. De acordo com Arendt,

As soluções totalitárias podem muito bem sobreviver à queda dos regimes totalitários sob a forma de forte tentação que surgirá sempre que pareça impossível aliviar a miséria política, social ou econômica de um modo digno do homem (ARENDR, 2012, p. 610).

Portanto, tais soluções não aparecem soltas. Ao contrário, fazem parte de um sistema organizado e coordenado pela racionalidade totalitária.

Se para Hannah Arendt (2001) o totalitarismo se tornou a questão política fundamental no contexto do século XX, isto só tem sentido quando se considera a cristalização dos elementos que, embora não totalitários em si, estão na base da formação da tríade totalitária. A despeito de não serem causas diretas do totalitarismo, Arendt (2001) afirma que as tiranias, as ditaduras, a miséria e a exploração do homem pelo homem, o imperialismo, a corrupção e a burocratização dos governos

4Compreende-se que a racionalidade totalitária tanto figurou no passado, quando ocorreu o processo de cristalização dos elementos totalitários quanto é ela que continua a ordenar no presente os elementos que sobreviveram ao fenômeno totalitário.

5 Dentre os elementos totalitários que persistem em sombrear o contemporâneo, pode-se elencar o racismo, a mentira organizada, os discursos de ódio, a perseguição a grupos marginalizados, a miséria, as várias situações que provocam a apatridia, entre outros. É evidente que para analisá-los detidamente à luz do que Hannah Arendt compreende por elementos totalitários, fazem-se necessários outros trabalhos, uma vez que o nosso objetivo aqui é discutir o antissemitismo ideológico como uma ferramenta da racionalidade totalitária com implicações políticas. Contudo, chamo a atenção do leitor para a transformação do antissemitismo em ideologia e a utilização desta com finalidades políticas (cf. a segunda seção deste artigo: O antissemitismo ideológico e a racionalidade totalitária), pois essa operacionalização nos ajuda a entender a relação desses elementos supracitados com a racionalidade totalitária.

democráticos, a situação de apátridas, o desenraizamento e a desintegração das instituições políticas e das classes sociais configuraram as circunstâncias de possibilidade do totalitarismo.

O fator central nisso repousa que, tendo ocorrido o fenômeno totalitário, os elementos que dele restam em vigência na modernidade⁶ persistem em sombreá-la. Desse modo, para Arendt, não há sentido em considerar estes elementos como males menores e, portanto, eximir-se da responsabilidade em combatê-los. Segundo Arendt,

Os tiranos e os déspotas à maneira antiga tornaram-se mais perigosos desde que os ditadores totalitários lhes ensinaram técnicas novas e insuspeitadas de se apoderarem do poder e de o conservarem. A conclusão natural que impõe uma análise penetrante de um século ameaçado pelo maior de todos os males deveria levar à radical rejeição da própria ideia de mal menor em política, porque, longe de nos protegerem dos maiores, os males menores têm-nos levado inevitavelmente a eles. O risco maior que corremos ao reconhecer no totalitarismo a maldição do século é deixarmos-nos obcecar por ele a ponto de nos tornarmos cegos aos numerosos males menores – e nem sempre tão menores – que enchem o Inferno (ARENDDT, 2001, p. 198).

Nesta direção, a recorrência de elementos como os supracitados na atualidade ganham novos contornos sob a coordenação da racionalidade totalitária, tornando-os mais sorrateiros e perigosos. Isto porque não se trata de elementos aleatórios, empregados fortuitamente. Pelo contrário, já defendemos em nossa dissertação⁷ a tese de que os elementos totalitários em vigência na contemporaneidade são utilizados como instrumentos da racionalidade totalitária que os coordena intencionalmente para determinados fins. Essa questão adquire novos contornos e pertinência quando observados no contexto das atuais sociedades de massa, em que se tem uma rápida disseminação através das redes sociais. A título de exemplo, dentre os elementos totalitários já mencionados na introdução e nesta seção, intitulado A racionalidade totalitária, destaco dois. A prática de racismo e a defesa de ditaduras⁸. Apesar do racismo e da manifestação por intervenção militar não constituírem novidades no Brasil, faço um recorte que remonta a 2016, quando, notadamente, observa-se uma crescente disseminação nas redes sociais destes dois elementos que, sozinhos não se configuram como fenômeno totalitário, mas que, certamente, em

⁶Hannah Arendt faz uma distinção entre modernidade e era moderna. Para ela, a modernidade diz respeito ao período histórico marcado pelos eventos de detonação das bombas nucleares ocorridas em meados do século XX, e assim por diante. Já a era moderna corresponde ao contexto dos séculos XVI ao XIX, início do XX. Neste sentido, quando, ao longo do texto, empregam-se termos como atualidade, contemporâneo, de nosso tempo, reporta-se ao período histórico que Arendt entende por modernidade.

⁷Cf. as referências bibliográficas.

⁸Embora não trate exatamente de disseminação da defesa da ditadura no âmbito das redes sociais no contexto brasileiro, vale muito a pena conferir o livro organizado por Edson Teles e Renan Quinalha. Nele, encontram-se artigos que discutem a persistência de elementos da Ditadura Militar no Brasil, como, por exemplo, o autoritarismo que permeia as nossas instituições e existência. TELES, E.; QUINALHA, R. *Espectro da Ditadura*. Da Comissão da Verdade ao bolsonarismo. 1ª ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020, v. 1.

consonância com outros, como, por exemplo, o antissemitismo como ideologia, a miséria, as tiranias, podem servir de instrumentos da racionalidade totalitária, cuja implicação política resulta na limitação da dignidade da política. O racismo segrega, portanto, impede a “[...] convivência entre diferentes” (ARENDDT, 2003, p. 21). As ditaduras rompem com os espaços entre os homens, de onde, segundo Arendt (2003), a política surge. Ambos, racismo e ditadura, entre outros, solapam a pluralidade entre os homens, uma das noções fundamentais para a política no pensamento de Hannah Arendt.

Antonio Abranches, ao escrever a introdução da coletânea de Ensaios e Conferências reunidos no livro *A Dignidade da Política* de Hannah Arendt, alerta para o fato de que,

A sobrevivência de “elementos” totalitários em regimes não totalitários continua a ser uma ameaça tão mais poderosa quanto mais recoberta estiver pelo esquecimento e pela subsequente paralisação de um pensamento que se encontra impedido de começar a pensar (ABRANCHES, 2002, p. 13).

O diagnóstico realizado pela própria Hannah Arendt acerca da sobrevivência de elementos totalitários nas sociedades não totalitárias, não diz respeito, infelizmente, somente às circunstâncias do século passado, mas se estendem à contemporaneidade, ou seja, apresentam-se recorrentemente no século XXI, colocando-o como um problema da ordem do dia.

Se é verdade que podemos encontrar os elementos do totalitarismo se repassarmos a história e analisarmos as implicações políticas daquilo que geralmente chamamos de crise do nosso século, chegaremos à conclusão inelutável de que essa crise não é nenhuma ameaça de fora, nenhuma consequência de alguma política exterior agressiva da Alemanha ou da Rússia, e que não desaparecerá com a morte de Stálin, como não desapareceu com a queda da Alemanha nazista. Pode ser até que os verdadeiros tranes do nosso tempo somente venham a assumir a sua forma autêntica – embora não necessariamente a mais cruel – quando o totalitarismo pertencer ao passado (ARENDDT, 2012, p. 611).

O fenômeno totalitário legou elementos totalitários às sociedades na atualidade, de modo que, já não se faz mais necessária uma estrutura de Estado totalitário, tal qual se viu, por exemplo, na Alemanha nazista para que tais elementos representem uma ameaça persistente à dignidade da política. No prefácio da obra póstuma de Arendt, compilada por Ursula Ludz, cujo título é: *Hannah Arendt: O que é política?*, afirma Sontheimer que,

A desgraça da política no século XX não reside no fato de que surgiram terríveis regimes totalitários que apagaram a liberdade como característica essencial do político, mas sim no fato de que seu surgimento levou a também os sistemas políticos, que pretendem ser liberais, correrem o perigo de ser infectados pelo bacilo totalitário (SONTHEIMER, 2003, p. 9).

Tal é ainda a sempre recorrente situação na qual se permanece e da qual não se pode descuidar, pois soluções sejam de cunho autoritário, fascista, ditatorial, reacionário, entre outras expressões, não apenas não tardam em se apresentar para os problemas que afligem a atualidade, como também podem perfeitamente servir como instrumentos da racionalidade totalitária. A nosso ver, estes males que têm sucumbido com a dignidade da política, não importa qual venha a se exprimir com maior força ou de modo combinado, podem ser cristalizados pela racionalidade totalitária como norma a ditar comportamentos e singularidades, de tal modo a não mais causar estranheza, vindo a se tornar “normal”. Muitos problemas em torno dos quais tais soluções ainda se avizinham são questões não resolvidas, que se colocam como grandes desafios na atualidade. Neste sentido, de acordo com Lafer,

A persistência de *displaced people* não se esgota na problemática da produção contemporânea de bens e serviços, antecipada por Hannah Arendt. Continua na ordem do dia, em função das realidades das fronteiras nacionais, do drama dos migrantes, dos refugiados econômicos e políticos que hoje se multiplicam e se espalham pelo planeta sem poder usufruir de uma kantiana hospitalidade universal, porque são *sans-papiers*. Trata-se aqui do tema arendtiano do “direito a ter direito”, examinado mais amplamente no capítulo IX do *The Origins of Totalitarianism*, que permanece como “tema global” da vida internacional. Com efeito, persiste o problema da falta de um vínculo efetivo com uma ordem jurídica, num mundo globalizado mas ainda organizado de maneira interestatal, que empurra um sem número de seres humanos para a inumanidade de um estado de natureza hobbesiano (LAFER, 2003, p. 164).

Em face da recorrência e da gravidade destes problemas que figuraram o contexto do século XX, mas que persistem no transcorrer destas duas décadas do século XXI, a racionalidade totalitária vêm coordenando suas pretensas soluções, muitas vezes se utilizando de expedientes falaciosos, isto é, de mentiras deliberadamente organizadas⁹ tendo em vista mascarar suas verdadeiras intenções.

2. O antissemitismo ideológico e a racionalidade totalitária

Vale inicialmente tratar do que seja ideologia no prisma de Hannah Arendt, das condições de possibilidade de sua relação com o antissemitismo, em conformidade com a análise que a autora empreende em *Origens do totalitarismo*, e o que tudo isso tem a ver com a racionalidade totalitária.

De que forma Arendt compreende e define o que seja ideologia?

⁹Cf. o ensaio de Hannah Arendt, Verdade e política. ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. (Debates, 64). São Paulo: Editora Perspectivas, 2016. No terceiro capítulo de minha dissertação de mestrado, precisamente no tópico 3.2. A mentira deliberadamente organizada como instrumento da racionalidade totalitária, estabeleço as condições de possibilidade da relação entre a mentira organizada e a racionalidade totalitária, assim como as consequências dessa relação para a dignidade da política.

Uma ideologia é bem literalmente o que o seu nome indica: é a lógica de uma ideia. O seu objetivo de estudo é a história, à qual a “ideia” é aplicada; o resultado dessa aplicação não é um conjunto de postulados acerca de algo que *é*, mas a revelação de um processo que está em constante mudança. A ideologia trata o curso dos acontecimentos como se seguisse a mesma “lei” adotada na exposição lógica da sua “ideia”. As ideologias pretendem conhecer os mistérios de todo o processo histórico – os segredos do passado, as complexidades do presente, as incertezas do futuro – em virtude da lógica inerente de suas respectivas ideias (ARENDRT, 2012, p. 624, grifo original).

Desta forma, a ideologia apresenta, para Arendt (2012), três características que mantêm relação com o fenômeno totalitário, quais sejam: em primeiro lugar, pretende se colocar como explicação total da história; em segundo, empreende uma fuga da realidade, ou seja, um descolamento das circunstâncias reais e, em terceiro, estabelece uma cisão entre o pensamento e a experiência, restringindo suas explicações a processos lógicos e coerentes do próprio movimento de uma ideia, sem nexos com a realidade. É certo de que esta é uma noção de ideologia bastante peculiar de Hannah Arendt¹⁰, mas no que tange ao seu pensamento político é elucidativa e faz todo o sentido. Em seu pleno desenvolvimento, a ideologia, como no caso nazista, tornou-se, para Arendt (2012, p. 235), uma poderosa “arma política”. É a partir desta chave que se estabelece o vínculo entre antissemitismo e ideologia, desembocando no antissemitismo ideológico. Dito de outro modo, o nazismo totalitário transformou o recorrente antissemitismo europeu em questão política. Utilizou-se sistematicamente de propaganda baseada em ficção de uma suposta organização de judeus com o objetivo de dominar o mundo para angariar apoio para o seu movimento. “A mais eficaz ficção da propaganda nazista foi a história de uma conspiração mundial judaica” (ARENDRT, 2012, p. 489), expõe Hannah Arendt.

O antissemitismo do qual a propaganda totalitária se utilizou não é absolutamente novo. Muitos de seus elementos já se encontravam disseminados no contexto da Europa do século XIX. No entanto, salienta Arendt (2012), a novidade está na metodologia com a qual esse antissemitismo foi empregado, bem como na questão genealógica.

O único elemento novo era que o nazismo exigia prova de ascendência não judaica aos candidatos a membros do Partido. Ademais, o nazismo sempre foi, não obstante o programa de Feder, extremamente vago quanto às verdadeiras medidas que tomaria contra os judeus quando galgasse o poder. Os nazistas deram à questão judaica a posição central na sua propaganda, no sentido de que o antissemitismo já não era uma questão de opinião acerca de um povo diferente da maioria, nem uma questão de política

¹⁰Para uma confrontação entre a ideologia da forma como Hannah Arendt a define e de como, em geral, a ideologia é compreendida a partir da tradição marxiana, vale consultar o artigo de Geraldo Adriano Emery Pereira, da Universidade Federal de Viçosa, disponível na revista de filosofia *Princípios*. Cf. PEREIRA, G.A.E. Alienação, ideologia e verdade na obra de Hannah Arendt. *Princípios*, Natal, **25** (48), 2018, p. 195-216.

nacional, mas sim a preocupação íntima de todo indivíduo na sua existência pessoal; ninguém podia pertencer ao partido se a sua “árvore genealógica” não estivesse em ordem, e quanto mais alto o posto na hierarquia nazista, mais longe no passado se vasculhava essa árvore genealógica. [...] A propaganda nazista foi suficientemente engenhosa para transformar o antissemitismo em princípio de autodefinição, libertando-o assim da inconstância de uma mera opinião (ARENDDT, 2012, p. 491).

Ocorre que a introdução desses novos elementos, isto é, o método de aplicação do antissemitismo e a genealogia foram sistematicamente *organizados* e usados com o objetivo de preparar as sociedades de massa para a adesão de um mundo ilusório, arquitetado ficcionalmente. Para se ter uma ideia do alcance da utilização da questão genealógica pelos regimes totalitários, de acordo com Duarte,

Os regimes totalitários definem a culpa de seus inimigos não a partir de sua conduta no mundo, mas a partir de sua certidão de nascimento, tomada como justificativa suficiente para perseguição, internação e assassinato. Assim procedendo, as suas vítimas são escolhidas a despeito de sua própria inocência, destruindo-se por completo o nexo jurídico entre ação e consequência, bem como a própria possibilidade da distinção entre culpados e inocentes, visto que ambos têm o mesmo destino (DUARTE, 2000, p. 46).

O totalitarismo soube se utilizar com maestria assustadora destes mecanismos. Segundo Hannah Arendt,

Sua arte consiste em usar e, ao mesmo tempo, transcender o que há de real, de experiência demonstrável na ficção escolhida, generalizando tudo num artifício que passa a estar definitivamente fora de qualquer controle possível por parte do indivíduo. Com tais generalizações, a propaganda totalitária cria um mundo fictício capaz de competir com o mundo real, cuja principal desvantagem é não ser lógico, coerente e organizado. A coerência da ficção e o rigor organizacional permitem que a generalização sobreviva ao desmascaramento de certas mentiras mais específicas – o poder dos judeus após o seu massacre sem defesa, [...] (ARENDDT, 2012, p. 497).

De tudo isso, nenhum dos elementos da ideologia, tal qual definida por Hannah Arendt, assim como a organização do antissemitismo, no qual esta ideologia o reveste de coerência e lógica, ao menos no interior de sua própria ideia são fruto de um acaso. Pelo contrário, foram sistematicamente forjados. É desta *sistemática organização* que se atribui aqui a operacionalização da racionalidade totalitária. É por perceber estas estruturas operantes do antissemitismo ideológico como ferramenta política do totalitarismo que é possível relacioná-lo à racionalidade totalitária.

A identificação que Lafer fez entre o antissemitismo ideológico e um tipo ideal, em conformidade com Weber, ilustra bem os elementos de organização e sistema que dizem respeito às características da racionalidade totalitária.

Esta interpretação do antissemitismo como uma ideologia laica do mundo moderno e não como versão secularizada de superstições medievais constitui, por assim dizer, um tipo ideal no sentido weberiano, ou seja, uma organização de relações inteligíveis, próprias a um conjunto histórico e a uma sucessão de acontecimentos. A relevância da problemática deste tipo ideal reside no fato de ele carregar no seu bojo elementos que, de um lado, explicam a lógica das tensões geradas pela emancipação das minorias, e de outro, prefiguram uma cristalização do totalitarismo. Neste sentido, a importância e a atualidade do estudo do antissemitismo moderno não se limitam apenas àqueles que subjetivamente foram, são ou podem vir a ser, suas vítimas, ou os que se interessam pelos problemas das minorias, mas alcança objetivamente todos aqueles que enxergam no totalitarismo uma contestação frontal à dignidade da natureza humana (LAFER, 2003, p. 43).

Esta confrontação se refere não apenas à natureza humana, assim como à dignidade da política, conforme pontuado por Hannah Arendt. Considerando estes dois aspectos, insiste-se em dizer, desse modo, que se trata da afronta à experiência político-existencial. Isto pela simples razão de que a política, para Arendt (2003), dá-se entre os diferentes, entre os homens, cuja base é a pluralidade dos homens. Além do mais, a dignidade da política em Arendt está na liberdade, na ação e natalidade¹¹.

O campo em que a liberdade sempre foi conhecida, não como um problema, é claro, mas como um fato da vida cotidiana, é o âmbito da política. E mesmo hoje em dia, quer o saibamos ou não, devemos ter sempre em mente, ao falarmos do problema da liberdade, o problema da política e o fato de o homem ser dotado com o dom da ação; pois ação e política, entre todas as capacidades e potencialidades da vida humana, são as únicas coisas que não poderíamos sequer conceber sem ao menos admitir a existência da liberdade, e é difícil tocar em um problema político particular sem, implícita ou explicitamente, tocar em um problema de liberdade humana (ARENDR, 2016, p. 191).

Para Arendt, portanto, (2003, p. 38), “[...] o sentido da política é a liberdade”. No entanto, no pensamento político de Hannah Arendt é inegável o entrelaçamento entre liberdade e ação, bem como natalidade. A natalidade é uma espécie de segundo nascimento no qual nos inserimos no mundo, à medida que, por meio da palavra e da ação na companhia de outros, é possível partilhar desse mundo comum.

É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano, e essa inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato simples do nosso aparecimento físico original. [...] Ela pode ser estimulada pela presença de outros a cuja companhia possamos desejar nos juntar, mas nunca é condicionada por eles; seu impulso surge do começo que veio ao mundo quando nascemos e ao qual respondemos quando começamos algo novo por nossa própria iniciativa (ARENDR, 2017, p. 219).

A natalidade não somente representa a confirmação do nascimento físico, mas por meio desse segundo nascimento criam-se as condições de possibilidade de renovar o mundo, ou seja,

¹¹Esta interpretação pode ser encontrada no segundo capítulo de minha dissertação, intitulado: Os sentidos da política. Cf. as referências bibliográficas.

abre-se espaço para um novo começo. Não desejamos nos estender nestas questões por aqui, dado os limites dos objetivos propostos neste artigo.

O antissemitismo ideológico, largamente usado pelo totalitarismo, foi transformado intencionalmente pela racionalidade totalitária em instrumento seletivo de ódio ao povo judeu. O emprego sistemático desse ódio contra os judeus adquiriu *status* político e os colocou no centro dos acontecimentos que marcaram o século XX, cujo resultado desembocou na solução final.

Os acontecimentos políticos do século XX atiraram o povo judeu no centro do turbilhão de eventos; a questão judaica e o antissemitismo, fenômenos relativamente sem importância em termos de política mundial, transformaram-se em agentes catalisadores, inicialmente, da ascensão do movimento nazista e do estabelecimento da estrutura organizacional do Terceiro Reich, no qual todo cidadão tinha de provar que *não* era judeu ou descendente dos judeus; e, em seguida, de uma guerra mundial de ferocidade nunca vista, que culminou, finalmente, com o surgimento do genocídio, crime até então desconhecido em meio à civilização ocidental (ARENDR, 2012, p. 21, grifo original).

Como se vê, a utilização instrumentalizada da questão judaica e do antissemitismo ideológico não foi fortuita, pois serviu propositalmente a determinados fins, quais sejam: angariar apoio ao processo de organização da tríade totalitária expressa pelo desenvolvimento e estabelecimento dos movimentos, do regime e do governo totalitário. O antissemitismo ideológico foi posto, portanto, como um instrumento mobilizador daquilo que Arendt (2012, p. 25) chamou de “máquina infernal” para se referir ao totalitarismo. Ao se analisar os elementos tipificadores do totalitarismo em um artigo, Aguiar pontua que,

O governo totalitário ultrapassa, assim, o preconceito, a perseguição a um agrupamento humano específico ou a expropriação territorial. Não se tratava mais, evidentemente, de um preconceito social ou religioso, mas de um Estado que alterava a essência mesma da política e foi justamente isso que os judeus não entenderam (AGUIAR, 2008, p. 75).

O problema da transmutação daquilo que dá sentido à política, isto é, de sua dignidade, fez desta política esvaziada de sentido um meio de naturalizar expedientes de controle da espontaneidade dos indivíduos, de manipulação das singularidades, de padronização de comportamentos, de disseminação de preconceitos, de prática aberta de racismo, sexismo, entre tantos outros malefícios que, infelizmente, não sucumbiram com a tríade totalitária, mas sobreviveram a esta, reaparecendo como instrumentos da arquitetura da racionalidade totalitária em vigência na atualidade. Interessante é a conclusão à qual chegou Aguiar no artigo supracitado após ter analisado as principais características do totalitarismo arroladas por Hannah Arendt,

relacionadas à sociedade de massa, à propaganda, à ideologia, ao terror, culminando nos campos de concentração.

Elencar essas características é mais do que simplesmente descrever, é fazer uma espécie de compreensão do presente. É mostrar que as nossas atuais sociedades estão extremamente marcadas por características pronto-totalitárias (AGUIAR, 2008, p. 86).

Embora, em outros termos, esta assertiva de Aguiar corrobore com o que tem sido uma importante chave interpretativa não somente da obra de Hannah Arendt, mas igualmente dos problemas que nos cercam, ou seja, do reavivamento dos elementos totalitários sob a coordenação da racionalidade totalitária na atualidade.

Hannah Arendt (2012) explica que o limiar do antissemitismo ideológico transposto em argumentos políticos se iniciou com os conflitos entre o Estado e a sociedade no contexto do século XIX, de modo que os judeus não se deram conta das circunstâncias que os atiraram para o turbilhão dos acontecimentos do século XX. À medida que as classes sociais conflitavam com o Estado, tornavam-se antissemitas, focalizando o ódio aos judeus, pois os tomara como um grupo que mantinha relações com o Estado. Na visão antissemita, a casa Rothschild e a ideia atribuída aos judeus de uma grande família tornaram-se fatores que os ligavam ao poder de forma privilegiada.

Assim, devido à sua relação íntima com as fontes de poder do Estado, os judeus eram invariavelmente identificados com o próprio poder e, devido ao seu desligamento da sociedade e à sua concentração no fechado círculo familiar, eram suspeitos de maquinarem – mancomunados com o poder, mas separados da sociedade – a destruição desta sociedade e de suas estruturas (ARENDR, 2012, p. 58).

No pano de fundo do antissemitismo há a luta pelo domínio do poder entre a burguesia e a aristocracia, cujos princípios, de acordo com Arendt (2012), de nascimento, família e linhagem se colocavam como obstáculos ao novo ideário da burguesia liberal de respeito ao indivíduo. Neste confronto, não apenas a burguesia se voltou contra os judeus, devido à maquinação antissemita que relacionava estes ao poder do Estado, mas, igualmente, a aristocracia, que objetivava fortalecer suas influências, o que ocorreu por meio do Congresso de Viena. A partir daí, de acordo com Hannah Arendt (2012, p. 65), “[...] os intelectuais liberais e radicais inspiraram e lideraram um movimento antissemita [...]” no qual o ódio se mostrou mais eficaz contra os judeus.

Interessados principalmente na igualdade de oportunidades e ressentindo a restauração de privilégios da aristocracia (com a qual identificavam os judeus) que limitavam sua admissão aos serviços públicos, introduziram na discussão a diferença entre judeus individuais, “nossos irmãos”, e o povo judeu como

grupo, [...]. Cunharam – para definir os judeus como grupo – as expressões nacionalistas “Estado dentro de um Estado” e “nação dentro de outra nação” (ARENDRT, 2012, p. 65).

Como é possível perceber, uma série de artifícios foi ficcionalmente criada e relacionada aos judeus. Essa maquinaria foi proposital, pois visava criar as condições de possibilidade de politizar a luta pelo poder no âmbito político e a ascensão da burguesia. A burguesia notara, segundo Arendt (2012, p. 71), que “[...] os *slogans* antissemitas eram altamente eficazes para mobilizar amplas camadas da população”. Deste modo, o antissemitismo foi empregado sistematicamente como instrumento de mobilização das massas, cuja expressão mais visível foi o ódio com abrangência política. Surgiram, inclusive, de acordo com Arendt (2012), partidos políticos radicalmente antissemitas com pretensões de tornarem-se únicos e exclusivos, fosse no domínio do Estado ou até mesmo em sua substituição.

Importante notar que o que caracteriza esses partidos antissemitas já agora no contexto do século XIX são os elementos que pavimentarão o caminho para o estabelecimento dos movimentos, regimes e do governo totalitário no século seguinte. Quais são, portanto, as características desses partidos antissemitas? Em primeiro lugar, Hannah Arendt (2012) os descreve como instrumentos de liquidação dos judeus e do Estado-nação; depois, como opositores ao nacionalismo, pois tais partidos se organizavam em vista do supranacionalismo, isto é, almejando um governo com abrangência o suficiente para dominar toda a Europa. Para confundir, sobremaneira em relação à efetivação desta segunda característica, os partidos antissemitas usavam a mesma arquitetura discursiva dos partidos reacionários e as técnicas do emprego da mentira deliberadamente organizada, quer dizer, tinham plena consciência de que estavam mentindo.

Embora, como dito anteriormente, características dos partidos antissemitas do século XIX reapareceram no século XX, o mesmo não pode ser dito inteiramente em relação ao processo de Dreyfus¹² na França, pois, no entender de Hannah Arendt (2012), o antissemitismo francês estava limitado ao âmbito nacional. Dito de outro modo, a despeito da violência, das questões ideológicas e políticas que envolvia o antissemitismo dos partidos na França, estes não objetivavam um governo supranacional. Tais diferenças não alteraram o quadro geral do problema do antissemitismo utilizado como instrumento político sistematizado. Isto porque, de acordo com Arendt,

As forças decisórias nesse processo de levar os judeus ao centro da tempestade de acontecimentos eram indubitavelmente políticas; mas as reações da sociedade ao antissemitismo e o reflexo psicológico da

¹²Cf. Arendt (2012, p. 139). Trata-se do processo de acusação e condenação ocorrido na França em 1894, de Alfred Dreyfus, oficial de origem judaica do Estado-Maior francês, apontado como espião a favor da Alemanha.

questão judaica no indivíduo tiveram algo a ver com aquele tipo específico de crueldade, com aquela agressão premeditada contra todo indivíduo de origem judaica, que já caracterizavam o antissemitismo do Caso Dreyfus (ARENDR, 2012, p. 137).

Desse modo, Hannah Arendt estabelece uma distinção entre o processo de condenação de Alfred Dreyfus e o que ela denomina de “o Caso Dreyfus”,

Enquanto o Caso Dreyfus em seu amplo aspecto político pertenceu ao século XX, o processo Dreyfus e os vários julgamentos do capitão judeu Alfred Dreyfus são bem típicos do século XIX, quando se seguiam com tanto interesse os processos legais, porque cada instância tentava testar a maior conquista do século, que era a completa imparcialidade da justiça (ARENDR, 2012, p. 141).

Nesse sentido, dois são, segundo Arendt (2012), os elementos que permitem localizar no contexto do século XX os aspectos políticos do Caso Dreyfus. O primeiro diz respeito ao crescente ódio aos judeus. O segundo trata da desconfiança em relação à república, ao parlamento e ao Estado. Essa percepção decorre da análise que Hannah Arendt fez do significado político do Caso Dreyfus. É este significado que alcança o contexto dos acontecimentos que, politicamente, marcaram o século XX, mas que não deixa de se apresentar no século XXI, sob a coordenação da racionalidade totalitária.

Considerações finais

Parece que o conceito de racionalidade totalitária constitui uma nova interpretação que emerge do estudo detido realizado da obra de Hannah Arendt, sobremaneira partindo da denúncia que a própria autora fez acerca da sobrevivência de elementos totalitários nas sociedades não totalitárias. Neste sentido, define-se o que se entende por racionalidade totalitária para mostrar que os elementos totalitários que persistem na atualidade são organizados sistematicamente por esta racionalidade. Não se apresentam desordenados, pelo contrário, demonstram organicidade.

Embora seja possível identificar a recorrência das implicações político-existenciais da racionalidade totalitária a partir das cristalizações do fenômeno totalitário desde *Origens do totalitarismo*, para o escopo deste estudo focalizou-se o antissemitismo ideológico como resultado da racionalidade totalitária. Deste modo, este estudo evidenciou que a articulação do antissemitismo como ideologia não somente transformou-o em questão política, assim como serviu de arma política da racionalidade totalitária com potencial de atirar milhões de pessoas, no caso específico, em sua maioria, constituídas de judeus, para o turbilhão dos acontecimentos do século XX.

A despeito da gravidade de tudo quanto já ocorreu, o fim histórico da tríade totalitária não ameniza o desafio de descortinar a arquitetura operacional da sempre recorrente operacionalidade da racionalidade totalitária, pois a afronta que esta representa diz respeito à ruptura da dignidade da política.

Referências Bibliográficas:

ABRANCHES, A. *Uma herança sem testamento*. In: ARENDT, H. *A Dignidade da Política: ensaios e conferências*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002, pp. 7-14.

AGUIAR, O. A. A tipificação do totalitarismo segundo Hannah Arendt. *Doispontos*, 5 (2), 2008, p. 73-88.

ARENDT, H. *Compreensão e política e outros ensaios: 1930-1954*. (Coleção Antropos). Lisboa: Relógio D'água, 2001.

_____. *O que é Política?* 4ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *Origens do totalitarismo*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *Entre o passado e o futuro*. (Debates, 64). São Paulo: Editora Perspectivas, 2016.

_____. *A Condição Humana*. 13ª ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

LAFER, C. *Hannah Arendt: pensamento, persuasão e poder*. 2ª ed., revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

PEREIRA, G. A. E. Alienação, ideologia e verdade na obra de Hannah Arendt. *Princípios*, 25 (48), 2018, p. 195-216.

SANTOS, R. H. dos. *Acerca da racionalidade totalitária em Hannah Arendt: da experiência totalitária ao repensar os sentidos da política*. 137 f. São Bernardo do Campo, SP. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do ABC - UFABC, 2019.

SONTHEIMER, K. Prefácio. In: ARENDT, H. *O que é Política?* 4ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

TELES, E.; QUINALHA, R. *Espectro da Ditadura*. Da Comissão da Verdade ao bolsonarismo. 1ª ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020, v. 1.